

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I – TURMA A
Exame de Coincidência 1.ª época
26 de janeiro de 2021
120 minutos

Grelha de Correção

I

1. Pronuncie-se sobre a vigência dos vários atos normativos referidos. (5 valores)

Nesta questão o aluno, pelo menos, deverá analisar:

- Publicação dos diplomas legais no jornal oficial do Diário da República segundo o artigo 119.º/1 proémio e alínea c) CRP e 5.º/1 do CC, sob pena de ineficácia nos termos do artigo 119.º/2 CRP e 1.º/1 da Lei 74/98, de 11 de novembro (“LF”);
- O momento da entrada em vigor da Lei n.º a/2020, segundo o prazo supletivo de *vacatio legis* (artigo 2.º, n.º 2 LF);
- O momento da entrada em vigor da Lei n.º b/2020;
- A impossibilidade da Portaria c/2020 entrar em vigor no próprio dia da sua publicação, e determinar o respetivo prazo de *vacatio legis*, discutindo, mais precisamente, a aplicação ao caso do artigo 2.º, n.º 2, da LF;
- O momento da entrada em vigor da Lei d/2020; pronúncia sobre a possibilidade da entrada em vigor imediata;
- A revogação global da Lei n.º d/2020 segundo o artigo 7.º/2, 3.ª parte e motivos justificativos;
- Resposta à questão.

2. Imagine que a proibição estabelecida pela Lei n.º a/2020 tinha como fundamento a descoberta de uma doença viral transmitida pelos animais aos seres humanos, pelo que o respetivo preceito visava conter a propagação do vírus. Sendo oficialmente declarado pelo Governo a erradicação do vírus, continuaria a ser proibido o transporte aéreo de animais domésticos? (2 valores)

Nesta questão o aluno, pelo menos, deverá analisar:

- Identificar a possibilidade de caducidade da lei segundo o art. 7.º/1 do CC, designadamente pelo desaparecimento dos pressupostos; discutir a admissibilidade da figura e tomada de posição;
- Resposta à questão.

II

***Quid iuris?* (8 valores)**

Nesta questão o aluno, pelo menos, deverá:

- Excluir a aplicação do regime da ação direta, por se tratar da tutela de interesses de terceiros;
- Enquadrar o caso na figura da legítima defesa de terceiro, e a verificação dos seus vários pressupostos no caso concreto, com especial atenção para o requisito da atualidade em agressões contra o património;
- Pronunciar-se sobre a relevância do *animus defendendi* na legítima defesa;
- Aludir à improcedência da invocação do direito à honra no caso concreto.

III

Comente uma, e apenas a uma, das seguintes afirmações, com ela concordando ou discordando, de forma direta e sucinta mas sempre fundamentada: **(3 valores)**

1. “Uma declaração de retificação é, no fundo, uma revogação encoberta”.

Nesta pergunta o aluno deverá:

- Assinalar que a afirmação é falsa;
- Identificar os requisitos da declaração de retificação;
- Distinguir da revogação.

2. “Um acórdão uniformizador de jurisprudência poderá revogar uma lei”.

Nesta pergunta o aluno deverá:

- Assinalar que a afirmação é falsa;
- Distinguir da jurisprudência e lei;
- Identificar a jurisprudência uniformizadora e relação com os assentos;
- Referir o papel da jurisprudência perante a lei, em especial da jurisprudência uniformizadora.

Ponderação global: 2 valores.